



PROCESSOS DE FORMAÇÃO CONTINUADA NA CIBERCULTURA E A LUTA ANTICAPACITISTA NA EDUCAÇÃO SUPERIOR

CONTINUING EDUCATION PROCESSES IN CYBERCULTURE AND THE ANTI-CAPACITY STRUGGLE IN HIGHER EDUCATION

LOS PROCESOS DE FORMACIÓN CONTINUA EN LA CIBERCULTURA Y LA LUCHA ANTICAPACIDAD EN LA ENSEÑANZA SUPERIOR

Tamara França de Almeida Magalhães¹

RESUMO

Diferentes pesquisas evidenciam que uma das principais dificuldades enfrentadas pelas universidades na inclusão de PCD, concentra-se nas barreiras atitudinais apresentadas pelos servidores que atuam nestes espaços de ensino. Estes resultados indicam ainda, cursos de formação continuada como estratégias proficuas para transpor as barreiras atitudinais que limitam a inclusão destes sujeitos na educação superior. Desse modo, compreendendo que no contexto da cibercultura a tecnologia tem se apresentado como um instrumento potencializador de práticas inclusivas e acessíveis nos diferentes níveis de ensino, este estudo foi desenvolvido a partir do curso de formação continuada Inclusão e Acessibilidade no Ensino Superior. Esta formação, direcionada aos servidores da UFRRJ e realizada por meio da plataforma digital *google classroom*, teve como objetivo sensibilizar as concepções destes sujeitos sobre a deficiência, pois as percepções sobre esta especificidade podem potencializar ou dirimir as barreiras atitudinais direcionadas a PCD na educação superior. Intencionou-se com esta análise, desenvolvida por meio da metodologia da pesquisa-ação qualitativa em diálogo com a Abordagem Histórico-Cultural, investigar se as ações encaminhadas ao longo do curso, potencializadas por meio de um ambiente virtual de aprendizagem, propiciaram uma sensibilização nas concepções dos servidores sobre a deficiência, que concorram para dirimir as barreiras atitudinais que impedem a inclusão das pessoas com deficiência na educação superior. Os resultados revelaram que o curso propiciou uma sensibilização nas concepções sobre a deficiência, evidenciando uma discussão sobre o potencial transformador da tecnologia na promoção de uma educação verdadeiramente inclusiva, reflexões que contribuirão para a constituição de uma cultura anticapacitista na UFRRJ.

PALAVRAS-CHAVE: cibercultura, formação continuada; educação superior; deficiência.

ABSTRACT

Various studies have shown that one of the main difficulties faced by universities when it comes to including

Submetido em: 17/03/2024 – Aceito em: 07/05/2024 – Publicado em: 15/10/2024

¹ Doutora e mestre em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas Populares da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ - 2016/2022) e graduação em Pedagogia pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ-2007). Atuação profissional: Técnica em Assuntos Educacionais na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), e docente do atendimento educacional especializado na Secretaria Municipal de Educação do Rio de Janeiro (SME/RJ). Contato: tamafranc@ufrj.br

people with disabilities is the attitudinal barriers presented by the staff who work in these teaching spaces. These results also point to continuing education courses as useful strategies for overcoming the attitudinal barriers that limit the inclusion of these individuals in higher education. In this way, understanding that in the context of cyberculture, technology has been presented as an instrument that enhances inclusive and accessible practices at different levels of education, this study was developed based on the continuing education course Inclusion and Accessibility in Higher Education. This training, aimed at UFRRJ staff and carried out using the google classroom digital platform, was designed to raise awareness of their conceptions of disability, since perceptions of this specificity can enhance or eliminate attitudinal barriers aimed at people with disabilities in higher education. The aim of this analysis, developed using qualitative action-research methodology in dialogue with the Cultural-Historical Approach, was to investigate whether the actions carried out during the course, enhanced by a virtual learning environment, led to a sensitization of civil servants' conceptions of disability, which would contribute to breaking down the attitudinal barriers that prevent the inclusion of people with disabilities in higher education. The results showed that the course raised awareness of the conceptions of disability, highlighting a discussion about the transformative potential of technology in promoting a truly inclusive education, reflections that will contribute to the establishment of an anti-capacity culture at UFRRJ.

KEYWORDS: cyberculture; continuing education; higher education; disability.

RESUMEN (10pts – negrito - justificado)

Diversos estudios han puesto de manifiesto que una de las principales dificultades a las que se enfrentan las universidades para incluir a personas con discapacidad se centra en las barreras actitudinales que presenta el personal que trabaja en estos espacios docentes. Estos resultados también apuntan a los cursos de formación continua como estrategias útiles para superar las barreras actitudinales que limitan la inclusión de estas personas en la educación superior. Así, conscientes de que en el contexto de la ciberultura, la tecnología se ha presentado como un instrumento que potencia las prácticas inclusivas y accesibles en los diferentes niveles de enseñanza, este estudio se desarrolló a partir del curso de formación continua Inclusión y Accesibilidad en la Enseñanza Superior. Esta capacitación, dirigida a funcionarios de la UFRRJ y realizada a través de la plataforma digital google classroom, tuvo como objetivo sensibilizarlos sobre sus concepciones de discapacidad, ya que la percepción de esta especificidad puede potenciar o eliminar las barreras actitudinales dirigidas a las personas con discapacidad en la educación superior. El objetivo de este análisis, desarrollado con metodología cualitativa de investigación-acción en diálogo con el Enfoque Histórico-Cultural, fue investigar si las acciones realizadas durante el curso, potenciadas por un entorno virtual de aprendizaje, ayudaron a sensibilizar al personal sobre sus concepciones de la discapacidad, lo que puede contribuir a romper las barreras actitudinales que impiden la inclusión de las personas con discapacidad en la educación superior. Los resultados mostraron que el curso sensibilizó sobre las concepciones de discapacidad, destacando una discusión sobre el potencial transformador de la tecnología en la promoción de una educación verdaderamente inclusiva, reflexiones que contribuirán al establecimiento de una cultura antidiscapacidad en la UFRRJ.

PALABRAS CLAVE: ciberultura, formación continua; enseñanza superior; discapacidad.

Introdução

Os últimos anos no Brasil foram marcados pela adoção de políticas de educação inclusiva, numa perspectiva dos direitos humanos, que buscam dirimir as desigualdades educacionais, garantindo o acesso à educação a todas às pessoas. Este movimento nas instituições de educação superior (IES), tem provocado uma maior mobilização por implementação de políticas institucionais inclusivas fomentando a consolidação de uma cultura anticapacitista nesse contexto. Nesta direção, evoluem discussões sobre a importância do debate acerca do direito ao acolhimento, a acessibilidade e a inclusão da pessoa com deficiência (PCD) nas IES.

Em razão disso, a inclusão da PCD na educação superior é uma temática de pesquisa de grande relevância, principalmente por possibilitar o fomento de um debate tão necessário em meio a um contexto de reformas político-educacionais que expressam claramente um projeto de sociedade que prioriza valores associados ao capital, abandonando as prerrogativas dos direitos humanos. Ademais, compreendemos que a inclusão, em qualquer nível de ensino, é um dos desafios educacionais, sociais e políticos da contemporaneidade e movimentos que possibilitem mudanças seja no acesso, seja em nível de preparação e formação dos profissionais são urgentes e necessários (Amoroso, 2019).

Ao analisarmos algumas pesquisas que tratam sobre a inclusão na educação superior, verificamos que, em sua grande maioria, os resultados apontam que uma das principais dificuldades enfrentadas pelas IES para a consolidação do processo de inclusão da PCD, concentra-se nas barreiras atitudinais apresentadas pelos servidores que atuam nestes espaços. Além disso, estes estudos apontam, no que se refere às ações importantes para a consolidação do processo de inclusão da PCD na educação superior, a atuação de cursos de formação/capacitação profissional como estratégia para sensibilização dos servidores para atuarem com esta especificidade, buscando a mudanças de atitudes e/ou ressignificação/mudanças de práticas.

Desse modo, considerando que os programas de formação continuada, ancorados ao uso de ambientes virtuais de aprendizagem, tendo a tecnologia como potencial transformador de uma educação verdadeiramente inclusiva, em muito poderá contribuir para viabilizar de fato a inclusão, com qualidade, da PCD na educação Superior. E ainda porque “tensionar a inclusão, também requer pensar as limitações das atividades exercidas pelos profissionais que, por vezes, não tem condições de suprir todas as necessidades do estudante com deficiência nas IES” (Costa & Pieczkowski, 2019, P.994).

Nesta direção, compreendendo que as barreiras atitudinais, uma das principais limitadoras da inclusão da PCD, são potencializadas ou dirimidas pelas diferentes concepções sobre a deficiência presentes na sociedade, este estudo tem como objeto de análise uma formação continuada sobre inclusão e acessibilidade, realizada por meio da plataforma digital *google classroom*, direcionada aos servidores da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ). Esta atividade formativa buscou sensibilizar as concepções dos servidores sobre a deficiência, numa perspectiva anticapacitista sobre esta especificidade. Assim, tendo em vista que movimentos de conscientização são indispensáveis para se transpor as barreiras atitudinais que limitam a inclusão da PCD na educação superior, é de nosso entendimento a necessidade de se tensionar o conceito de deficiência neste espaço, e sobretudo numa perspectiva anticapacitista sobre esta especificidade.

Nesta direção, a perspectiva sobre a deficiência assumida nesta análise, consolidou-se à luz da Abordagem Histórico-Cultural do Desenvolvimento Humano, numa concepção que coaduna



a apresentada na Lei nº 13.146 (2015), Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, que considera PCD aquela que “tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade” (Brasil, 2015). E ainda em consonância com o Decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009, que promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, assinados em 30 de março de 2007 (Brasil, 2009), reconhecendo que a deficiência é um conceito em evolução e que resulta da interação entre as PCD e as barreiras devidas às atitudes e ao ambiente que impedem a plena e efetiva participação desses sujeitos na sociedade, em igualdade de oportunidades com as demais pessoas.

É importante registrar que o Núcleo de Inclusão e Acessibilidade (NAI) da UFRRJ têm promovido debates e ações importantes que nos últimos anos originaram as Diretrizes sobre Acessibilidade e Inclusão para PCD na universidade, instituída pela Deliberação nº 269/2020, documento orientador que consolidou o Plano de Acessibilidade implementado em 2021. Cabe mencionar que os dados apresentados neste estudo são os resultados da pesquisa de doutorado desta autora, desenvolvida no Programa de Pós-Graduação em Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas Populares da UFRRJ, que produziu a tese intitulada *A luta anticapacitista na Universidade: revendo conceitos de deficiência*.

Este debate será desenvolvido a partir da seguinte questão: cursos de formação continuada na perspectiva da educação inclusiva no contexto da ciberultura contribuem para sensibilização e mudanças atitudinais sobre deficiência fortalecendo a consolidação de uma cultura anticapacitista na educação superior? Diante deste questionamento, esta análise, desenvolvida por meio da metodologia da pesquisa-ação qualitativa em diálogo com a Abordagem Histórico-Cultural, buscou investigar se as ações encaminhadas ao longo do curso, potencializadas por meio de um ambiente virtual de aprendizagem, propiciaram uma sensibilização nas concepções dos servidores sobre a deficiência, que concorram para dirimir as barreiras atitudinais que impedem a inclusão das PCD's na educação superior contribuindo para a constituição de uma cultura anticapacitista nestes espaços.

Metodologia

Conforme já apresentado, este estudo desenvolveu-se por meio da metodologia da pesquisa-ação qualitativa, em diálogo com a abordagem Histórico-Cultural do Desenvolvimento Humano. O campo de estudos em que as análises foram constituídas, concentrou-se no curso de formação continuada Inclusão e Acessibilidade no Ensino Superior, atividade coordenada pelo NAI, em parceria com a Coordenação de Desenvolvimento de Pessoas (CODEP) da UFRRJ. É importante registrar que esta formação teve como principais finalidades: 1-

estruturar indicadores e protocolos para o trabalho administrativo junto a PCD na UFRRJ e 2-coletar dados para a pesquisa de tese desta autora. Cabe mencionar que os dados desta pesquisa, integram o projeto "Custo da oportunidade de acesso e permanência ao ensino superior na Baixada Fluminense/ RJ quando se tem uma deficiência", e foram utilizados para fins acadêmicos e institucionais, em acordo com o comitê de ética da UFRRJ.

Sobre os sujeitos da análise, registra-se que foram investigadas as concepções sobre a deficiência de 54 servidores da UFRRJ (entre técnicos- administrativos; docentes e outros). Estes sujeitos apresentaram o seguinte perfil: quanto a faixa etária a maioria dos cursistas têm idades entre 30 e 50 anos, sendo majoritariamente mulheres. No que se refere ao tempo de atuação profissional na UFRRJ, a maior parte, aproximadamente 10 cursistas, trabalham na instituição há mais de 10 anos. Observamos ainda, que os dados apresentam um perfil bem diversificado do público participante, evidenciando um importante interesse da comunidade acadêmica por formações com a temática proposta. Estes indicadores ratificam a importância de demandas desta natureza no processo de consolidação de políticas institucionais de inclusão e acessibilidade nas universidades, explicitando o quanto ações dimensionadas nesta perspectiva, e sobretudo potencializadas por meio dos ambientes virtuais de aprendizagem, contribuem para dirimir as barreiras atitudinais que limitam a inclusão da PCD na educação superior.

Esta análise desenvolveu-se a partir dos dados cotejados no curso de formação, ministrado por meio da plataforma virtual *Google Classroom*, com aulas desenvolvidas de forma síncrona, com materiais disponibilizados no espaço virtual, e assíncrona com interação em tempo real na plataforma *Zoom*. Além disso, utilizando como metodologia de ensino os referenciais do conceito de Desenho Universal da Aprendizagem (DUA), respeitando as particularidades e os talentos dos cursistas, viabilizou-se diversos recursos e estratégias pedagógicas, didáticas e/ou tecnológicas diferenciadas (Pletsch, Melo & Cavalcante 2021) que foram organizadas de forma a contemplar as particularidades de cada cursista.

Nesta direção, o desenvolvimento desta análise, estruturada sob o viés da pesquisa qualitativa, apresentou os seguintes instrumentos para aferição dos dados: 1-questionários informativos; 2- registros das atividades síncronas e assíncronas; 3-registros dos fóruns de debates; 4-registros de chats; 5- atividades de avaliação; 6- pesquisa documental sobre os temas abordados. Inicialmente foram encaminhados para os sujeitos investigados o termo de consentimento livre esclarecido e o questionário investigativo para aferição dos dados iniciais. Neste instrumento foram realizadas indagações sobre a deficiência, a fim de cotejarmos indicadores sobre as concepções dos servidores, antes de iniciarem o curso de formação, ocorrendo da mesma forma ao fim da atividade. Além disso, buscando cotejar dados que possibilitasse identificar as inferências dos sujeitos sobre questões relacionadas a educação inclusiva, bem como seus conhecimentos sobre os marcos legais das políticas

inclusivas direcionadas às PCD, foram ministradas 15 aulas sobre as temáticas mencionadas, em consonância com a Abordagem Histórico-Cultural do Desenvolvimento Humano.

Finalizado o processo de coleta de informações, iniciamos a sondagem dos dados, realizada por meio da análise de conteúdo, procedimento metodológico desenvolvido por Bardin (2004, 2009, 2011). Esta técnica é compreendida como um conjunto de instrumentos de cunho metodológico em constante aperfeiçoamento, que se aplicam a discursos extremamente diversificados (Bardin, 2011). É importante registrar que o procedimento desenvolvido para a estruturação das categorias analisadas organizou-se da seguinte forma: inicialmente definiu-se a escolha de códigos e/ou unidades temáticas, por analogia semântica, a serem encontradas nos discursos por repetição e/ ou ocorrência e por exclusão. Posteriormente estes registros foram codificados originando as unidades temáticas e constituindo as categorias analisadas.

Conforme nos apresenta Bardin (2009), a análise categorial funciona por operações e desmembramentos do texto em unidades e categorias, segundo reagrupamentos analógicos, sendo o resultado de um esforço de síntese destacando os aspectos mais importantes. Cabe mencionar, que os códigos e /ou categorias de análise elencados para a realização das inferências, revelaram-se a partir da exploração dos dados disponíveis em que se buscou cotejar os signos mais evidenciados nas narrativas sobre deficiência, nas diferentes fases da pesquisa. Neste processo de investigação, utilizamos como suporte para a categorização e organização de nossos dados, o programa *Maxqda* um software acadêmico utilizado para análises de dados qualitativos e métodos mistos de pesquisa. Registra-se que a análise foi desenvolvida por meio das categorias: cultura e sociedade, em diálogo com a abordagem Histórico-Cultural e seus referenciais sobre estes conceitos.

Resultados

Conforme nos apresenta a abordagem Histórico-Cultural, é na trajetória do processo histórico que a cultura torna-se parte da natureza humana, consolidando e constituindo a consciência ao longo do desenvolvimento do indivíduo. Sendo assim, durante o desenvolvimento cultural a sociedade se organiza a partir do nível de evolução dos problemas e das tarefas com as quais cada indivíduo se confronta, num processo em que o signo e o uso deles depende sempre de um contexto social e histórico. O que aparece absolutamente individual, têm no fundo uma base social e cultural (Fitchner, 2010).

Nesta perspectiva, ao analisarmos as concepções dos servidores sobre a deficiência, muitos signos e significações nos foram apresentados, ratificando, de certa maneira, o momento que vivenciamos, em que percepções capacitistas ainda têm definido o lugar da PCD nos diferentes espaços sociais. Ao iniciarem o curso de formação, o signo mais evidenciado nas

percepções iniciais dos servidores da UFRRJ sobre a deficiência foi a palavra limitação, interpretada a partir de uma diversidade de percepções. Neste primeiro momento, nossa investigação evidenciou um vocabulário muito relacionado à visão biológica/individual sobre a deficiência, ainda que algumas as concepções tenham sido referenciadas por marcos legais que compreendem a deficiência a partir das diferentes funcionalidades humanas.

Assim, inicialmente o que observamos foi uma influência bastante significativa da cultura capacitista nas percepções dos sujeitos, que delinearão suas concepções sobre esta especificidade a partir dos signos limitação e funções orgânicas. Observamos que o campo semântico apresentado nos discursos iniciais, evidenciou uma perspectiva médica e biologizante sobre a deficiência, muito atrelada às narrativas corponormativas. Sob este ponto de vista, os signos ratificam percepções alinhadas a noção de limitação enquanto perda, ausência, diferença, insuficiência, falta ou problema, evidenciando a deficiência enquanto uma questão individual, uma peculiaridade e uma característica do sujeito que a possui.

Os resultados corroboram a abordagem Histórico-Cultural que compreende que a formação da consciência se concretiza partir da construção de um mundo de significados compartilhados nas relações sociais, intermediada pela linguagem e pelos signos. Desse modo, os dados confirmam a seguinte questão: a concepção de deficiência, que transitou por diversos períodos e foi atribuída a diferentes causas, ainda hoje, configura-se a partir do conceito do desvio. Assim, “o estigma produzido nas redes de significados atua como controle social, pois a partir dessa marca se valoriza positivamente o normal, em detrimento do anormal” (Leite & Mattos, 2016, p.155).

Compreendendo a universidade e os sujeitos que nelas atuam, como produtos da cultura capacitista, notadamente suas percepções iniciais sobre a deficiência, aquelas constituídas e elaboradas nas relações sociais da corponormatividade, estão “contaminadas”, ainda que imperceptíveis, de signos e significados que permeiam as sociedades dos corpos padronizados, normalizados e eficientes para a “funcionalidade”. Este panorama, ratifica os postulados da abordagem Histórico-Cultural, uma vez que o caráter social do psiquismo humano se forma a partir da apropriação dos processos interacionais que se engendram em comunidades culturais, que são espaços de produção de significados e sentidos que medeiam o modo de pensar, sentir e agir do homem (Ximenes & Barros, 2009; Gesser et al, 2013).

Em grande medida, as considerações apresentadas estão fortemente atreladas aos preconceitos que a sociedade estabelece com as PCD, que interferem diretamente no seu desenvolvimento. Por isso, à medida que estamos inseridos numa dinâmica social que preza pelo individualismo e a competitividade, baseada nas noções meritocráticas da eficiência e capacidade corponormativa, é mister compreender por que algumas concepções percebem a deficiência a partir da relação bidimensional entre normalidade e anormalidade, conforme apresentam as concepções a seguir:

“Necessidade que uma pessoa apresenta que é diferente da maioria”.
“Redução de condições físicas, mentais etc. que são padrão social”.
“Característica física ou mental de uma pessoa que a diferencie da maioria dos integrantes de sua sociedade de modo a demandar medidas institucionais e ações sociais, intencionais e estruturadas de apoio, para que sua convivência harmoniosa e equilibrada com as demais pessoas e com as estruturas sociais se efetive” (Agosto, 2020).

Isto posto, ainda que possamos visualizar percepções que consideram os fatores ambientais como potencializadores da deficiência, a concepção biológica e individual ainda permanece como uma diretriz orientadora das compreensões sobre este fenômeno. Estas perspectivas amparam atitudes capacitistas e são as principais fomentadoras das barreiras atitudinais. Por isso, as pessoas sem deficiência devem estar cientes de que suas condutas são influenciadas por suas concepções, e que há concepções que incluem e outras que excluem grupos sociais (Carvalho & Freitas, 2007; Carvalho, Freitas & Marques, 2010; Leite, Oliveira & Cardoso, 2019).

Esta visão, que tem mediado as relações sociais com as PCD ao longo da história, e que ainda permanece intermediando estas conexões, também foi campo de investigação da abordagem Histórico-Cultural, que questionou fortemente a visão estanque sobre as “imperfeições e incorreções” corporais no processo do desenvolvimento humano. Tal concepção é subsidiada pela premissa da estreita relação entre social e biológico, que o último se desenvolve em função do outro, ou seja, o biológico é historicamente construído (Garcia, 1999), numa percepção biopsicossocial do desenvolvimento, uma vez que “não se trata de negar a existência de mudanças orgânicas em função das deficiências, mas de compreendê-la como um fenômeno social, que são significadas histórica e culturalmente e, por esta razão, deixam de ser exclusivamente um fato natural” (Leite & Lacerda, 2018, p.433).

Ressaltamos, conforme Dainez (2017), que a deficiência, que historicamente foi delimitada à área da saúde, e nessa perspectiva incorporada à educação, pode por meio deste movimento possibilitar o redimensionamento do foco da doença e do limite orgânico para perspectivas mais positivas sobre esta especificidade. Quando apresentamos o curso de formação como instrumento importante para a constituição e consolidação de uma cultura anticapacitista na UFRRJ, compreendemos a consciência como um contato social do indivíduo consigo e com a realidade. E neste sentido, sendo a consciência de natureza social e cultural, que se consolida num processo ativo, em que o indivíduo se constrói como sujeito, transformando as relações sociais em personalidade e comportamentos, entendemos o quanto esta atividade formativa atuou como um importante instrumento de mediação no processo de sensibilização das concepções sobre a deficiência.

Nesta trajetória, em que a deficiência foi apresentada a partir da abordagem Histórico-Cultural do Desenvolvimento Humano, e sob esta perspectiva, diferentes signos sobre

inclusão e deficiência foram explicitados, algumas percepções se reconfiguraram, constituindo um campo semântico de significações diferente do evidenciado inicialmente. Ao final da formação, os sujeitos percebiam a deficiência mais relacionada à perspectiva da funcionalidade humana, uma vez que além dos impedimentos orgânicos, passaram a compreender este fenômeno a partir das barreiras apresentadas nos diferentes contextos e relações sociais. Este novo campo de significação consolidou signos como barreiras, adequação, recurso, capacidade; isonomia, diversidade, potencialidade entre outros que se aproximam da concepção de funcionalidade corpórea, também a partir das barreiras impostas pelo ambiente social.

Dessa maneira, conforme evidenciado por Vigostki, observando e analisando como os indivíduos e(m) seu meio cultural se (re)criam e se (re) constroem mutuamente (Smolka, 2021), percebemos o quanto a relação mediatizada do conhecimento consolida e institui novas aprendizagens e novas formas de pensamento, constituindo sujeitos e subjetividades nas e pelas relações sociais (Vigotski, 2003). Destaca-se que o curso oportunizou um processo de reflexão de concepções já consolidadas sobre a deficiência, por meio da mediação de conhecimentos que atualmente integram o campo histórico da educação inclusiva e dos estudos sobre a deficiência e que neste âmbito, compreende esta especificidade para além das questões orgânicas. Ao longo das atividades realizadas, o diálogo e a troca sistemática de conhecimentos e experiências sobre a deficiência propiciou novos olhares e maneiras de (re)significar este conceito, tão importante no processo de inclusão das PCD na sociedade, conforme observamos no depoimento a seguir, dimensionado ao fim da atividade de formação:

“Minha visão de deficiência tem passado por mudanças, como acontece em outros aspectos. Mas posso dizer que pra mim a deficiência é uma particularidade do indivíduo, que algumas vezes causa limitações, mas que não o impede de fazer muitas coisas, como estudar, trabalhar, namorar e ter uma vida plena e integrada. Algo que foi falado no curso é que um dos maiores obstáculos que a deficiência ainda enfrenta é a barreira atitudinal, e concordo com isso” (Outubro, 2020).

Nota-se que ao deparar-se com um novo panorama de significações sobre a deficiência, os sujeitos atentam para o quanto suas percepções sobre este conceito eram restritas, revelando que, talvez até aquele momento, não tenham tido oportunidade de refletir e/ou ressignificar os diferentes conhecimentos sobre esta temática. Isto explica e corrobora as concepções apresentadas inicialmente, muitas ancoradas em ideologias impostas por ideias dominantes que se estabelecem nas relações de força sem que necessariamente os sujeitos se deem conta ou estejam conscientes desse processo (Smolka, 2021).

Considerações

Evidenciou-se neste estudo, a importância de situar a deficiência no campo dos direitos humanos e da justiça social, bem como a crítica ao capacitismo estrutural que segrega e exclui corpos com diferentes variações (Gesser; Moraes & Bökc, 2020). Sobretudo porque as concepções sobre a deficiência configuradas no campo das impossibilidades, são potencializadoras das barreiras atitudinais que corroboram atitudes de medo, receio e inabilidade para lidar com esta especificidade. Estas percepções fundamentadas a partir de visões capacitistas, atuam e impedem o pleno desenvolvimento e participação da PCD na sociedade, dimensionando capacidades e potencializando limitações. Neste sentido, transformações nas compreensões sobre a deficiência, refletem na maneira pela qual lidaremos com ela, exercendo impacto direto na vida das PCD.

Dessa maneira, pressupor a deficiência ainda no campo das limitações e impossibilidades, não coaduna as conjecturas da acessibilidade enquanto um direito humano fundamental da PCD, principalmente porque os caminhos acessíveis estão atrelados às condições biológicas, sociais e ambientais da funcionalidade humana. Neste sentido, faz-se necessário o rompimento com esta trajetória de conceber a deficiência a partir da incapacidade corpórea, avançando para uma perspectiva histórica, constituída nas prerrogativas dos direitos humanos, em que a acessibilidade torna-se indispensável a inclusão das diferentes vivências na sociedade.

Neste sentido, o curso de formação apresentado nesta análise buscou orientar os cursistas sobre as políticas públicas de inclusão e acessibilidade, na perspectiva dos direitos humanos, bem como promover a sensibilização para temas como: deficiência, acessibilidade e capacitismo. Também, propiciar aos estudantes uma compreensão teórica sobre os princípios básicos da educação inclusiva e das políticas de inclusão e acessibilidade na educação superior, além de possibilitar o desenvolvimento de competências individuais que permitam aos participantes, dentro de suas atividades profissionais, recursos que atendam e acolham as necessidades das PCD na educação superior. Toda a estrutura da capacitação foi pensada para possibilitar uma base teórica sólida de forma que os profissionais possam relacioná-las as suas práticas cotidianas.

Ao considerarmos a importância de incentivar a discussão sobre o potencial transformador da tecnologia na promoção de uma educação verdadeiramente inclusiva, o curso de formação continuada inclusão e acessibilidade no ensino superior, apresentou-se como um instrumento potencializador de uma cultura anticapitista na UFRRJ. Sobretudo porque a configuração do curso no formato de educação a distância (EAD) possibilitou o atendimento de um maior



número de pessoas, contemplando os servidores de todos os câmpus institucionais. Uma grata surpresa, uma vez que a tecnologia propiciou a democratização do ensino atendendo servidores que não poderiam realizar esta formação, caso a atividade fosse desenvolvida presencialmente, possibilitando a discussão, nos diferentes espaços da UFRRJ, de uma educação verdadeiramente inclusiva.

REFERÊNCIAS

AMOROSO, S.R.B (2019). **Inclusão do deficiente no ensino superior: uma perspectiva para a inclusão social**. Humanidades e Tecnologia (FINOM). Minas Gerais, ano XIII, volume 16, 115-136, 2019

BARDIN, L (2011). **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011, 229 p.

BÖCK, G.L. K. (2019). **O Desenho Universal para Aprendizagem e as Contribuições na Educação a Distância** / Geisa Letícia Kempfer Böck ; orientador, Marivete Gesser, coorientador, Adriano Henrique Nuernberg, 2019. 391 p. Tese (doutorado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Florianópolis, 2019.

BRASIL (2015) **Lei nº 13146, de 06 de julho de 2015**. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Brasília: Presidência da República, [2015]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/113146.htm Acesso em: 4 maio 2023.

BRASIL (2009). **Decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009**. Promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova York, em 30 de março de 2007. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d6949.htm. Acesso em: 19 maio 2019.

COSTA; J.M.M; PIECZKOWSK, T.M.Z (2019). **Percepção dos gestores sobre a inclusão de estudantes com deficiência na educação superior**. Revista do Centro de Ciências da Educação Florianópolis. Volume 37, n. 4 – p. 982 – 1000, out./dez. 2019.

DAINEZ, D (2017). **Desenvolvimento e deficiência na perspectiva histórico-cultural: Contribuições para educação especial e inclusiva**. REVISTA DE PSICOLOGÍA 2017, 26(2), 1-10.

FICHTNER, B (2010). **Introdução na abordagem histórico-cultural de Vygotsky e seus Colaboradores Diretor do Programa Internacional de Pós-Graduação em Educação – International Education Doctorate - INEDD Universidade de Siegen/Alemanha -2010**

GESSER, M;MORAES, M; BÖCK, G.L.K (2020). **Ensino, Pesquisa e Extensão no Campo da Deficiência: propostas emancipatórias**. In: **Estudos da deficiência: antipacitismo e emancipação social** / Marivete Gesser, Geisa Letícia Kempfer Böck, Paula Helena Lopes (organizadoras) – Curitiba : CRV, 2020. P.73-91

LEITE, L.P & MATTOS, B. M (2016). **Aplicação da escala de concepções de deficiência (ECD) em uma universidade pública do Brasil**. Journal of Research in Special Educational Needs, v. 16, p. 155-158, 2016.

LEITE, L.P. & LACERDA, C.B.F (2018). **A construção de uma escala sobre as concepções de deficiência: procedimentos metodológicos**. Psicologia-Universidade de SP-USP (Impresso), v. 29, p. 432-441, 2018.

MAGALHÃES, T. F. A (2022). **A luta antipacitista na Universidade: revendo conceitos de deficiência**. 2022. Tese (Doutorado)- Programa Pós-graduação em Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas Populares, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro,2022.

PLETSCH, M.D; MELO, F.R.L.V; CAVALCANTE, L.C (2021). **Acessibilidade e inclusão de pessoas com deficiência na educação superior: experiências e desafios contemporâneos**. In: Educação Superior, Inclusão e Acessibilidade: reflexões contemporâneas/Francisco Ricardo Lins V. Melo, Érica Simony F.M. Guerra, Margareth Maciel F.D .Furtado (orgs)- Campos dos Goytacazes (RJ):2021 p.24-38

SMOLKA, A.L.B. A (2021). **Teoria Histórico-Cultural do Psiquismo Humano em perspectiva: condições e implicações de uma Psicologia Concreta**. Revista Brasileira da Pesquisa Sócio-Histórico-Cultural e da Atividade Brazilian Journal of Socio-Historical-Cultural Theory and Activity Research Volume.3, Número.2, 2021.

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO (2020). **Deliberação nº 269, de 30 de novembro de 2020**. Institui as diretrizes sobre acessibilidade e inclusão para as pessoas com deficiência na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Seropédica: Conselho Universitário, [2020]. Disponível em: <https://institucional.ufrjr.br/soc/files/2020/07/Delib-269-CONSU-2020-acessibilidade.pdf> Acesso em: 3 maio 2023.

VIGOTSKI, L. S (2003). **Psicologia Pedagógica**. Porto Alegre: Artmed, 2003.



Este é um artigo de acesso aberto distribuído sob os termos da Licença Creative Commons Atribuição Não Comercial-Compartilha Igual (CC BY-NC- 4.0), que permite uso, distribuição e reprodução para fins não comerciais, com a citação dos autores e da fonte original e sob a mesma licença.